

Uso e ocupação das praias por ambulantes e quiosques também estão previstos em norma

Jornal: A Tarde
Data: 25/08/2016
Caderno: A Pg: 5



ORLA Prevista em lei, transferência de gestão da União para municípios teve viabilidade discutida em audiência pública MPF debate gerência das áreas de praias

ITANA SILVA

O Ministério Público Federal na Bahia (MPF-BA) promoveu, ontem, audiência pública para debater os impactos da transferência da gestão das áreas de praias urbanas da União para os municípios. A proposta foi, a partir dos aspectos técnicos e jurídicos, deliberar as condições de administração pela prefeitura à qual pertence a região tratada.

O encontro também esclareceu questões relacionadas

à implementação das normas para uso e ocupação das praias por ambulantes e quiosques, e garantia de que os espaços serão utilizados, conforme a classificação.

Para a presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB-BA) e prefeita de Cardeal da Silva (a 142 km de Salvador), Maria Quitéria Mendes, é preciso analisar os termos da transferência em construção, para que os municípios adquiram responsabilidade com a costa.

"É necessário que os mu-

"É necessário ter uma cessão, assim como o aporte financeiro e os recursos para dispor de técnicos capacitados"

MARIA QUITÉRIA MENDES, UPB-BA

nicipios tenham uma cessão, assim como o aporte financeiro e os recursos para que disponham de técnicos capacitados. Não podemos absolver uma demanda importante para o meio ambiente, que é referência para o turismo, sem uma construção social e pacificada entre os entes federais", ponderou a Maria Quitéria.

O procurador da República, Pablo Barreto, atuante na área de meio ambiente e responsável por presidir o evento, esclareceu que, com

a transferência de gestão, o município será o único destinatário das receitas referentes ao gerenciamento do espaço determinado.

"O MP se preocupa com os impactos dessa transferência, principalmente com relação aos municípios de pequeno porte, que não têm a capacidade institucional de administrar adequadamente aquele solo", declarou.

Ambulantes

Além da construção de barracas nas costas marítimas,

outra questão debatida na audiência foi a presença de autônomos nas praias.

De acordo com Maria Quitéria, a Bahia possui a cultura do vendedor ambulante, portanto a solução não seria mudá-la, mas adequá-la às novas normas.

"Os vendedores possuem um apelo turístico e econômico, que deve ser levado em consideração. Então, o ambiental tem que estar alinhado com maneiras de higienização e práticas de saneamento", opinou.